



COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

REQUERIMENTO Nº de 2015
(Do Sr. Raimundo Gomes de Matos e Outro)

Solicita a realização de Seminário na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, para debater a crise na saúde pública, com ênfase no setor hospitalar, precedido de visitas técnicas a hospitais da cidade de Fortaleza.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do artigo 117 do Regimento Interno que, ouvido o plenário, se digne a adotar as providências necessárias à realização de Seminário, em Fortaleza, no Estado do Ceará, para debater com membros desta Comissão de Seguridade Social e Família sobre a crise instalada na saúde pública daquele Estado, precedida de visitas técnicas ao Instituto Dr. José Frota (UF) e ao Hospital Geral de Fortaleza (HGF), com a presença das seguintes autoridades e representantes:

1. Secretário de Estado da Saúde do Estado do Ceará;
2. Secretário Municipal de Saúde de Fortaleza;
3. Diretores dos hospitais da rede pública e Santas Casas, do Estado do Ceará;
4. Procurador do Ministério Público Federal e Estadual;
5. Ordem dos Advogados do Brasil – OAB;
6. Deputados Estaduais da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará;
7. Vereadores da Câmara Municipal de Fortaleza;



8. Presidente do Sindicato dos Médicos do Estado do Ceará – SIMEC;
9. Presidente do Sindicato dos Enfermeiros do Estado do Ceará – SENECE.

JUSTIFICAÇÃO

No Estado do Ceará, a crise na saúde pública vem se agravando ao longo dos anos, mas em 2015 ganhou maior visibilidade quando a nova diretoria do Sindicato dos Médicos (Simec), através de sua presidente Mayra Pinheiro, lançou no último dia 21 de abril o “corredômetro”. Desde então, profissionais de plantão fazem a contagem de pacientes em atendimento precário ou à espera de atendimento, a exemplo de soro sendo pendurado na parede com prego e crianças “internadas” embaixo de um telefone público. Esse descaso que a população mais sofrida não suporta mais ganhou a cobertura da mídia local e nacional, incluindo jornais e emissoras de televisão.

Com cortes anunciados também na área da saúde neste início de ano, tanto pelo Governo Federal quanto pelo Governo do Estado do Ceará, a conta para reverter esse quadro ficará cada vez mais distante. As 882 vagas existentes de Unidades de Terapia Intensiva (UTI) em todo o Ceará não conseguem, hoje, atingir o mínimo recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e pelo Ministério da Saúde, que é de pelo menos 4% do total de leitos em hospitais. Desta forma, são 150 leitos a menos para adultos somente no Estado. Cabe ressaltar, ainda, nos últimos quatro anos, segundo o Conselho Federal de Medicina (CFM), 88 leitos obstétricos, 436 pediátricos e 255 de outras especialidades foram desativados no Ceará.

E diante desse caos instalado na saúde, que não consegue acompanhar a demanda da população, seja através da prevenção ou do atendimento urgente e nas emergências, os mandatos judiciais para cumprimento de internação acabam ficando no papel por falta de leitos disponíveis. Foi o que aconteceu com 2010 mandatos expedidos entre janeiro e outubro de 2014 pela Justiça Federal do Ceará. É



CÂMARA DOS DEPUTADOS

importante frisar, também, que o problema na saúde pública passa pela falta de leitos, medicamentos e de pessoal especializado para atender á demanda. Haja visto, não adianta apenas construir prédios bonitos, é preciso dar prioridade e destinar recursos para sua manutenção e contratar profissionais. Somente, assim, a saúde pública conseguirá atender a contento a população.

Diante do que aqui foi exposto, defendemos ser fundamental o presente debate para encontrarmos soluções que garantam aos familiares e pacientes um atendimento adequado e humano.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 2015

RAIMUNDO GOMES DE MATOS
Deputado Federal – PSDB/CE